



O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NAS PROPOSTAS DE REDAÇÃO DO ENEM VERSUS A CONDIÇÃO SOCIAL DO CANDIDATO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA¹

Felipe Salorran Trindade Tourinho

Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Amapá; Graduando em Direito pela Faculdade Estácio de Macapá; Especialista em Análise Criminal pela Escola Superior Verbo Jurídico e Especializando em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Candido Mendes; Professor da educação básica.

Universidade Candido Mendes – UCAM

E-mail: felipetrindade06@outlook.com

Pollianna Pimentel Ferreira

Licenciada em História, Especialista em História e Historiografia da Amazônia e Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Amapá; Educadora Social na Fundação da Criança e do Adolescente – FCRIA/AP e Professora da educação básica.

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

E-mail: pollianna-ferreira@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho trata de uma análise sobre o discurso presente na proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio, especificamente, na orientação para a proposta de intervenção que não desrespeite os direitos humanos, acarretando, o contrário, em nota referente a zero; e, em contrapartida, o discurso questionador de estudantes que se veem diante dessa proposta e verificam o paradoxo existente entre o documental dos direitos estabelecidos e a realidade que aqueles vivem. Além disso, objetivamos analisar a formação social do sujeito/candidato, identificar o não-dito no discurso Estatal e entender o que esse sujeito social ajuíza, reflete sobre o caráter conclusivo do texto. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativo-interpretativista, cuja investigação se dá nos processos que subjazem à produção e à compreensão. Assim, utilizamos os pressupostos da disciplina interpretativa Análise do Discurso, de linha francesa, concebida, dentre seus fundadores, por Pêcheux (1997, 2012), que aborda, em seu objeto, a intersecção de linguística (a noção passa de fala para a de discurso), materialismo histórico (com a teoria da ideologia) e psicanálise (com o descentramento do sujeito); Caregnato e Mutti (2006); Garcia e Lazari (2015), abordando questões relativas a direitos humanos, assim como Piovesan (2006); Giddens (2008), com seu estudo sobre classes sociais, dentre outros. Isso posto, compreendemos que, por parte da manifestação discursiva do sujeito social, há divergência no que o Estado prega como direitos estabelecidos, concretos e o que realmente aquele ser tem como direito garantido ao seu alcance.

Palavras-chave: Estado. Ideologia. Sujeito Social. Discurso.

1 INTRODUÇÃO

¹ Este trabalho é resultado de um estudo desenvolvido com alunos em um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que tem seu funcionamento nas dependências de um colégio da rede privada ao qual estamos vinculados, porém as atividades ali desenvolvidas não mantinham relação econômica com a instituição referida, pois, como o público é composto, em sua maioria, por alunos da rede pública, não há cobrança de mensalidade, mas uma tarifa para o custeio do material que é distribuído.



O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou de simples etapa avaliativa, à qual os estudantes desse período escolar se submetiam, à principal forma de ingresso ao ensino superior no Brasil. Além de solicitar de seus candidatos habilidades quanto ao preparo teórico das disciplinas que compõem as áreas de ciências humanas, da natureza, linguagem e matemática, o Exame também espera que o participante saiba posicionar-se criticamente a respeito de temas, relacionados à sua leitura de mundo, assim como a interdisciplinaridade, que são propostos para a produção textual.

Desse modo, tendo em vista, especificamente, a orientação fornecida para a proposta de *intervenção* que *respeite os direitos humanos* em relação paradoxal à condição de exclusão social na qual milhares de estudantes da rede pública de ensino se encontram – muitas vezes, em subclasses, conforme afirma Giddens (2008, p. 299) –, representados, nesta pesquisa, nas figuras de alunos que integram um projeto educacional que lhes leva conhecimento, viabilizado por meio de aulas preparatórias para a prova anual, bem como inevitáveis indagações que nos eram direcionadas sobre o *porquê* e o *como* de trazer uma tese, abordando aspectos sociopolíticos, históricos, ideológicos e, devidamente, argumentados, que retratasse uma realidade na qual eles não estavam inseridos, possíveis análises sobre a questão envolvendo discurso, sujeito e ideologia mostraram-se emergentes.

Perante o exposto acima, desenvolvemos o problema de investigação: como o Estado, não garantidor efetivo de políticas públicas e programas que assegurem direitos estabelecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos e ratificados em nossa Constituição Federal de 1988, propõe que o candidato, desamparado socialmente, disserte de forma satisfatória sobre esses direitos? Para isso, objetivamos, de forma geral, analisar o discurso desses estudantes, futuros candidatos, sobre sua constituição enquanto seres inseridos na sociedade e excluídos socialmente, e, de forma específica, investigar o não-dito na proposta discursiva à qual o candidato se submete e entender o que esse sujeito social ajuíza, reflete sobre o caráter ideológico imposto na parte conclusiva/intervenção na prova anual.

A relevância social e científica da pesquisa compreende a identificação, o conhecimento das identidades dos sujeitos envolvidos no processo de avaliação empregado pelo Estado em que o aluno/candidato deve se submeter, enquanto parte integrante da sociedade, trazendo seus saberes, mostrando sua percepção social e científica. Ademais, o estudo proposto corrobora pesquisas acerca dos sentidos constituídos em diferentes formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação.



2 REVISÃO DE LITERATURA

Para subsidiar a discussão apresentada, recorreremos à apresentação de conceitos determinados pela legislação (no que tange a direitos humanos), à Sociologia (quando se refere a classe social, subclasse e exclusão social) e, principalmente, à Análise de Discurso (ao abordar, em seu cerne, linguística, materialismo histórico e psicanálise) vista, nos ditames de Caregnato e Mutti (2006, p. 2) como disciplina de interpretação que se funda no encontro das epistemologias distintas, ora citadas.

Assim, o conceito amplamente difundido de que os direitos humanos se apresentam como princípios consagrados em documentos internacionais que visam à proteção do ser humano, garantindo a este as formas mais coerentes de ter e manter uma vida digna, isto é, com acesso à educação, à moradia, ao trabalho, à liberdade, à saúde, entre outros, não se assemelha à forma de acesso que os “detentores” desses direitos têm. A historicidade desses institutos mostra como, desde seu reconhecimento, sua trajetória apresenta controvérsias; pois, segundo afirmam Garcia e Lazari (2015, p. 33), a partir do XVIII, ao se estarem reconhecidos em documentos expressos, a visão que se criou foi a de que esses direitos tinham caráter mais contratualista do que jusnaturalista.

Desse modo, o que notamos ainda hoje é a visão deturpada por parte da população, a menos esclarecida e, incoerentemente, por parte de um Estado, em tese, garantidor de recursos financeiros e humanos à população como um todo. Nesse ínterim, autenticamos a ideia de que o que se afirma em documentos oficiais, legais tem função meramente declaratória, porquanto os direitos supracitados possuem caráter jusnatural, isto é, são da natureza humana, sendo garantidos ao homem a qualquer tempo, não necessitando, para isso, de reconhecimento expresso. No entanto, sobrelevadas as desigualdades que o Brasil, país democrático, possui, houve, a indispensabilidade de criação de um sistema que protegesse esse reconhecimento, ou seja, os direitos humanos passam de caráter jusnatural para também terem caráter contratual entre os entes que integram os Estados-membros nacionais, internacionais e demais organizações.

O que assola nossos estudantes é justamente o desamparo social no qual eles se encontram, e mantem-se inseridos, com suas famílias, seu acesso a um sistema digno de atendimento de saúde, de educação, moradia adequada, entre outros previstos pelo Estado. Estudantes “pertencentes” a um estado de pobreza absoluta e/ou relativa (embora seja difícil definir exatamente os conceitos e os níveis de pobreza, haja vista a relativização espacial do termo), culturalmente marcado, que consiste, dentre outros fatores, na falta de água corrente, medicamentos básicos, segurança urbana,



conforme propõe Giddens (2008, p. 329). A não garantia devida desses direitos se firma como graves violações da vida, da pessoa, ditas aqui como a própria pobreza.

Sendo assim, decorridas longas transgressões de direitos humanos em momentos conflituosos de nossa história, como a Segunda Guerra Mundial, e a internacionalização desses direitos, além do avanço do constitucionalismo, com o objetivo de estabelecer uma igualdade material a todos os indivíduos, opondo-se ao que pregava o nazismo, quando apenas determinado grupo era titular de direitos, assentando a lógica da “destruição e descartabilidade” da pessoa humana, conforme orienta Piovesan (2006, p. 8), nossa análise versa sobre o discurso estatal presente na proposta de redação do ENEM e, em contrapartida, no discurso do candidato, acima apresentado como indivíduo desprovido de direitos e garantias (oriundos do mesmo Estado) à sua subsistência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O discurso ideológico empregado pelo Estado e materializado nas propostas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio nos oportuniza questionamentos acerca das temáticas explícitas ali comparecidas e, sobretudo, as temáticas implícitas, que surgem em consonância com os saberes teóricos conduzidos às questões de produção, ao direcionamento de tese e ao pensar, propriamente, do candidato. Portanto, a leitura (sugerida no Exame), sendo um processo discursivo, interagindo sujeitos produtores de sentido, isto é, autor e leitor, conforme nos ensina Coracini (2002, p.15), e sobrevivendo na prática social, de modo vivo e real, é carregada de sentidos outros, que vão além da fronteira do significante.

A própria escola pública, assinalada como espécie de guarita descentralizada do Estado, permitindo a ele não apenas a observação, mas o controle do espaço e da população que àquela tem acesso, criando “novos” meios de “negociação” é, também, conforme nossos estudos, arcabouço de ideologias mascaradas e que tentam mascarar a verdadeira condição social de seu público. A política social, empregada nesses discursos, tem caráter meramente simbólico.

A construção do discurso não pode e não deve envolver apenas o que é delimitado como prerrogativa avaliativa, todavia incorporar a própria realidade social na qual ele é produzido, trazendo o verdadeiro sujeito que o produz e a verdadeira ideologia que ele mantém. Assim, haverá, de fato, a compreensão da realidade; e também a própria seleção de léxicos, que não têm sentido próprio, vinculado somente à sua literalidade, mas construído em cada formação discursiva, consoante Pêcheux (1997, p. 161).



Considerando que o discurso funciona como uma via de ideologias e construção identitária, por nossos resultados, é possível percebermos que isso se comprova com as estratégias discursivas desenvolvidas pelas instâncias produtoras dos discursos estatal e social. Pela análise das estratégias, pudemos verificar a complexidade dessa questão que, em princípio, tem por objetivo o encaixe nos parâmetros de avaliação do texto produzido, mas que, também, dissemina ideais não concretos nas relações sociais do outro.

Por conseguinte, entendemos a proposta (discurso) não apenas como mecanismo que orienta um adequado pensar, mas como uma forma de regulação e controle das representações sociais. Do outro lado, os sujeitos se mostram ativos frente à demanda inibidora do processo de constituição daqueles como sujeitos sociais, quer dizer, “um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles”, nos dizeres de Charlot (2000, p. 33 e 51 *apud* DAYRELL, 2003, p. 3).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do discurso, por meio de seu precursor na linha francesa, nos ensina que as novas práticas de leitura dos monumentos textuais surgem do princípio de multiplicar as relações entre o que é dito em determinado lugar, e dito de determinado forma, e não de outra, com o que é dito de outra forma em outro ambiente, com o intuito de se colocar em posição de “entender” a incidência de não-ditos no cerne dos ditos (PÊCHEUX, 1997, p. 43).

Destarte, a interpretação dos não-ditos – na articulação entre linguístico, social e histórico – nos discursos do Estado mostra um desvio da realidade na qual a população menos atendida está implantada, e, por outro lado, a manifestação questionadora de integrantes dessa população que se veem diante da arbitrariedade de um discurso explícito fechado, requerendo, este, concordância quanto ao mesmo discurso, desconsiderando, dessa forma, seu interdiscurso, isto é, a memória coletiva constituída socialmente, e sua multiplicidade de sentidos, de acordo com as palavras afirmativas de Caregnato e Mutti (2006, p. 3).

Examinar as estratégias discursivas, nesta pesquisa, pareceu-nos ser uma possibilidade de análise capaz de permitir o entendimento de diferentes aspectos das camadas sociais existentes. Assim, procuramos construir, no estudo realizado, a conjunção dos chamados modos de “opacidade”, para Orlandi (2012, p. 99), sendo sujeito, língua e história.



REFERÊNCIAS

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. In. **Texto contexto - enferm.** [online]. 2006, vol.15, n.4, pp.679-684. ISSN 0104-0707. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>>. Acesso em: 15 out. 2017, 13:39:56.

CORACINI, M. J. Leitura: decodificação, processo discursivo...? In: CORACINI, M. J. (org.) **O jogo discursivo na aula de leitura**. Campinas: Pontes, 2002.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n.24, pp.40-52. ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>> Acesso em: 16 out. 2017, 18:58:18.

GARCIA, B. P.; LAZARI, R. **Manual de Direitos Humanos**. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Alexandra Figueiredo Ana Patrícia Duarte Baltazar Catarina Lorga da Silva Patrícia Matos Vasco Gil – 6. ed. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al). 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimentos. Tradução: Eni P. Orlandi – 6ª edição, Campinas: Pontes Editores, 2012.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional. **Caderno de Direito Constitucional**. Módulo V. Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre-RS, EMAGIS, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_direito_constitucional.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017, 18:49:34.

VADE MECUM RT. 14. ed. rev., ampl. e atual. até 30.12.2016 – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.